

20 de Abril 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 205
Director-Geral
Evaristo Mulaza



NUNO FERNANDES, PRESIDENTE DA APM

“O ser humano é o maior bem, mas não podemos sobreviver sem a economia”

ENTREVISTA. Numa altura em que se perspectiva a renovação do estado de emergência, o presidente da Associação das Empresas de Publicidade e Marketing defende a continuidade de outros serviços, além dos que já estão permitidos no âmbito das restrições à actividade económica. Mas “com critério”, acautela. Nuno Fernandes recorda os constrangimentos que coartaram o crescimento de empresas e detalha as propostas da APM para se contrariar os efeitos da pandemia.

Págs. 4 a 6



ACORDO OPEP+

Angola perderá 1,5 mil milhões USD

Pág. 8

Empresários contestam transformação da ZEE em zona franca

Almeida Pinho, Domingos David e Eliseu Gaspar manifestam-se contra a intenção do Governo de transformar a ZEE de Luanda em zona franca, contrariando uma proposta de privados para a instalação dessa unidade em Quilengues, na Huíla. Além da pressão sobre Luanda, os empresários argumentam que uma zona franca no interior promoveria o turismo. Pág. 9



PROCESSO ESTAVA PREVISTO PARA ESTE MÊS

Recapitalização do BPC em stand-by

FINANÇAS. Depois de, em Março, fonte próxima da administração do BPC ter assegurado para finais deste mês o início da recapitalização do banco, novas informações dão conta de que o processo acabou afectado pela pandemia da covid-19. Agora ninguém consegue prever datas, apesar de estar “tudo feito” para a implementação do programa. Pág. 10

Editorial

MAYDAY MAYDAY, A ALEGORIA DA AVIAÇÃO

A comparação à aeronáutica é inevitável. Os estudiosos e curiosos do mundo da aviação sabem que a locomoção na atmosfera obedece a regras inegociáveis. Porque, na maioria esmagadora das vezes, os erros graves se pagam com danos irreparáveis. A aeronáutica tem, por isso, muito a ensinar aos políticos em matéria de gestão de risco. E, no actual contexto de profunda crise, há pelo menos dois ensinamentos que se destacam, especialmente para quem governa.

O primeiro é a obrigatoriedade da prudência quanto ao excesso de confiança. A história da aviação está repleta de acidentes fatais que, segundo a reconstituição dos factos, poderiam ter sido evitados, não fosse o excesso de confiança dos pilotos. Por muito dolorosa que seja, a versão aceite sobre a morte de John F. Kennedy Jr. conclui que o filho do lendário presidente norte-americano se teria desorientado no espaço, porque levantara o seu monomotor para voar em condições atmosféricas que lhe eram completamente estranhas. É um de muitos exemplos.

O segundo é o discernimento para reconhecer a inevitabilidade da desgraça e a consequente necessidade de optar, entre dois males, por aquele que potencia o salvamento do maior número de vidas. No fundo, os pilotos são treinados



para aterrar perante avarias insuperáveis em pleno voo. Seja em território amigo, seja em campo inimigo. Seja na terra, seja na água. O conhecido 'milagre de Hudson', em Nova Iorque, salvou 155 vidas porque o piloto decidiu aterrar na água, contra a alternativa de pousar sobre os edifícios de Manhattan, na tentativa de alcançar o aeroporto.

O que se vive hoje em Angola recomenda o empréstimo obrigatório das 'leis' da aeronáutica pela governação. E tudo deve começar pela revisão da 'metáfora da esperança' ou, se quisermos, da alegoria da aviação do Presidente. "Quando o avião está no ar, passando por momentos de turbulência, nenhum passageiro se atira contra os pilotos, nem muito menos se joga fora do avião, mas, sim, todos obedecem à tripulação acreditando que a turbulência vai passar. Assim ocorre na governação, é preciso as pessoas acreditarem em quem está na

frente. A turbulência vai passar e está para breve", assegurou o Presidente em Novembro passado. Passados cinco meses, as palavras de João Lourenço perderam o efeito, porque não há quem acredite nelas. Afinal, mais do que uma simples turbulência, o avião pegou uma avaria grave e, ao invés de insistir no voo, o piloto deve procurar um espaço para uma aterragem emergencial, ainda que na água ou em terreno inimigo, sob pena do despenhamento fatal.

Isso remete-nos outra vez para a controversa agenda de destruição de capital que se colocou na moda. Além dos sinais evidentes de perseguição e selectividade ou de vingança, nas palavras da Ceast, na maioria dos casos, o poder optou pela arrogância e imprudência. Ao ignorar, por exemplo, a necessidade da preservação e aproveitamento de recursos que muita falta fazem à economia no actual contexto.

Todavia, nem tudo está perdido. Com as principais fontes de receitas do Estado comprometidas (impostos e dívida), João Lourenço ainda vai a tempo de optar por uma aterragem de risco, propondo com urgência um verdadeiro e transparente pacto de regime que coloque os recursos conflituosos em mãos privadas ao serviço dos angolanos. O que se fez até hoje é excessivamente controverso para ser levado a sério. A manutenção de milhares de milhões ociosos e cativos em contas bancárias, por medo ou por conflito com o Estado, é contraproducente, numa situação em que o desemprego se descontrola e a fome mata. A evocação persistente do 'período de graça' conferido aos detentores de fortunas ilegítimas no exterior é falaciosa. Porque o Estado não criou condições transparentes e oportunas para que o processo ocorresse com a 'facilidade', mencionada vezes sem conta. Basta verificar que os seis meses determinados na lei para o período de graça, entre atrasos na regulamentação e atrasos na orientação aos bancos, acabaram reduzidos em apenas 30 dias.

Que não restem, pois, dúvidas. Entre a amaragem no Hudson e o pouso sobre os prédios de Manhattan, há que escolher a primeira opção. É remota, mas é a única que potencia a esperança. A alternativa é como pensar que os 'bondosos' 25% dos salários dos deputados do MPLA fazem metade do oceano.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Guilherme Francisco, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



AMÉRICO QUESSONGO,
gestor de empresas

Há quem defenda a criação de um subsídio para os vendedores ambulantes, face ao estado de emergência. Concorda?

Todos sabem que o país não tem dinheiro. Onde iria buscar verbas para todas essas pessoas? O Governo já aprovou um pacote de subsídios de entre 8 e 9 mil kwanzas para as famílias carenciadas. Não vejo onde ir buscar mais.

Mas o Governo deve manter-se indiferente às dificuldades do sector informal?

Há muitos programas já aprovados para apoiar as empresas e há gastos imensos com o sector da saúde, para se fazer face ao coronavírus. No âmbito das ajudas às pessoas, penso que o Executivo pode reactivar a relação com as organizações internacionais no sentido de termos aqui de volta o PAM (Programa Mundial de Alimentação) e a ADPP (Ajuda do Desenvolvimento do Povo para o Povo). Estes dois programas resolveram o problema da fome em fases de guerra e tenho a certeza que resolverão servir para o actual contexto.

Seriam suficientes?

De facto. E mais: sugiro ainda a criação de medidas legais que impeçam os senhorios de proceder cobranças das rendas das casas. Para os que já se entram na condição de devedores, que não sejam despejados num período de pelo menos 60 dias depois do isolamento social colectivo.

14
TERÇA - FEIRA
A FAO realiza encontro virtual com o grupo africano de representantes, em Roma, junto desta agência da ONU, que contou com a participação da Comissária para a Agricultura e Ambiente da União Africana, a angolana Josefa Sacko.

15
QUARTA - FEIRA
Setenta barras de sabão ecológico são produzidas diariamente pela Associação Eco-Sabão com o apoio do gabinete do Ambiente e Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários do Bié. O produto será destinado aos lares de idosos e orfanatos para ajudar na prevenção da covid-19.

16
QUINTA - FEIRA
A Sonangol normaliza, em todo o país, o abastecimento de gás de cozinha, após o aumento da capacidade de produção em 35%, segundo o director de Comunicação e Imagem da estatal, Dionísio Rocha.



SEGUNDA-FEIRA A AGT anuncia as novas datas de liquidação dos impostos. A instituição tem já preparado o pacote de medidas, depois de combinadas as posições inicialmente desenhadas às disposições finais do memorando que o Governo aprovou recentemente.

17
SEXTA - FEIRA
O PR nomeia o novo conselho de administração do Porto de Luanda, integrado por Willy Guimarães, Horácio Feijó, Miguel Pipa e Aníbal Vuma, e do Porto do Lobito, liderado por Celso Rosas.



18
SÁBADO
O BNA abre facilidade para as pequenas e médias empresas transformarem títulos públicos em liquidez imediata que incide sobre a compra de Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis, até mil milhões kz por empresa do sector não-financeiro.



19
DOMINGO
A OPEP e outros produtores chegam a um acordo para conter a queda dos preços, cortando a produção em 9,7 milhões de barris/dia. O Comité Técnico Conjunto da OPEP tem recomendado cortes devido às consequências da propagação da covid-19.



COTAÇÃO



WTI COM VERMELHO HISTÓRICO...

Uma semana depois do acordo (alcançado a 12 de Abril) de corte de cerca de 10 milhões de barris de petróleo por dia, o mercado reage colocando o preço no vermelho. O WTI que no dia imediatamente a seguir ao acordo esteve a ser negociado por 22,41 USD por o barril, abriu esta semana em vermelho histórico, chegando a ser negociado abaixo de 1 USD. Mas terminou a sessão a 18,27 USD.



... BRENT VAI NA MESMA DIRECÇÃO

O Brent, apesar de não bater tão fundo, o preço também só registou queda. No dia que se seguiu ao acordo, ou seja no início da semana passada o Brent fechou a ser negociado a 31,48 USD, iniciou esta semana a ser negociado por 28,08 USD. O quadro leva especialistas a concluir que o acordo foi alcançado demasiado tarde.

Entrevista

NUNO FERNANDES, PRESIDENTE DA APM, SOBRE AS RESTRIÇÕES DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

“Deve prever-se a continuidade de outros serviços”

Isenção do IVA para facturas não pagas, institucionalização do ‘layoff’, suspensão temporária da retenção na fonte de 6,5% e alargamento das actividades que devem ser permitidas no estado de emergência são algumas das propostas que o líder da Associação das Empresas de Publicidade e Marketing (APM) coloca em cima da mesa. Nuno Fernandes, que é também proprietário da agência de comunicação ‘Executive’, recorda as práticas que reduziram a competitividade das empresas e calcula que, desde 2014, o negócio da publicidade tenha quedado em cerca de 70%.

Por Isabel Dinis

Como está o mercado publicitário em Angola? Está a acompanhar a recessão no país e encontramos-nos nesse estado há seis anos. As empresas do nosso sector estão muito fragilizadas, viram as suas receitas descerem acentuadamente. Mas pura e simplesmente resistem. Não têm crescido. Na Associação Angolana das Empresas de Publicidade e Marketing (APM), temos associadas 57 empresas. Perdemos algumas, fruto da situação, mas a maioria perdeu mercado e, concomitantemente, receitas. Houve também, em consequência, uma erosão imensa de quadros de qualidade, a maioria dos quais estrangeiros. As dificuldades nas transferências de salários ditaram o regresso aos países de origem.

Isso significa que as empresas perderam capacidade de resposta?

Algumas sim. É um disparate tremendo quando nós inativamos a contratação pelas empresas de profissionais de reconhecida competência. Nin-

O ser humano é o maior bem que temos. Mas é evidente que não podemos sobreviver sem economia. E há um mínimo que está em funcionamento e que o estado de emergência permite. Há agricultura, há pescas, há transportes.

guém contrata pessoas no sector privado que não seja uma mais-valia. Chegámos a ter, no país, grandes prémios de publicidade de Cannes, os ‘Óscares’ da publicidade. Ao estarem cá, formaram equipas e pessoas. Alguns até já são donos de empresas de publicidade. Tudo isso foi cortado inicialmente por não haver sensibilidade do Estado para contratação destas pessoas. Achava-se que o país tinha quadros e que os publicitários eram meros desenha-



Mário Mijettes © VE

dores. Ninguém percebeu que um publicitário é um estratega e um indivíduo que tem formação superior, que faz estratégia de comunicação e que não está ao alcance de qualquer pessoa.

E isto acabou por se reflectir numa dificuldade imensa das empresas nacionais em competir com aquelas que apareciam de fora. Perdemos para fora do país largos milhares de dólares

em trabalhos que eram executados fora quando podiam ser feitos cá. Se fossem empresas estrangeiras, tudo bem. Mas eram nacionais que ganhavam esta capacidade para disputar os concursos. E acabámos, com a nossa arrogância e com a nossa cegueira, por coarctar esta capacidade de crescimento.

A APM pediu isenção fiscal para as empresas por três meses. O Governo pode acatar este pedido? E é suficiente? É preciso, primeiro, fazer um enquadramento das nossas propostas. São propostas, não são exigências. Derivam do agravar substancial da situação com as medidas que a todos foram impostas pelo Governo no sentido de se prevenir a expansão da pandemia da covid19. Essas medidas vieram fragilizar ainda mais as empresas que já conheciam uma situação difícil. Na prática, paralisaram-nas. Aquelas que se mantiveram a trabalhar em regime de teletrabalho foram obrigadas a gastos suplementares, como a instalação de tecnologia na casa dos funcionários, internet, etc. Mais dinheiro gasto, com menos receitas.

O que foi solicitado além da isenção fiscal?

Além da suspensão do pagamento de impostos por um período de até três meses para

“*Propalar a mudança é fácil. O difícil é concretizá-la. E todos nós viemos de um ambiente altamente inquinado. No nosso país, sobrevivia-se de esquemas e isso não se altera por decreto. Há uma cultura instalada.*”

a posterior liquidação parcelar num período de seis a 12 meses, pedimos uma participação do Estado, via segurança social, nos salários dos trabalhadores. Apontámos para valores na ordem de 1/3 desses salários, institucionalizando-se, nesse período de crise, o ‘layoff’, figura usada em muitos países no actual momento. Pedimos também a isenção do IVA para facturas não pagas pelos clientes. Fica difícil pagar algo sobre aquilo que não foi recebido. E solicitámos a suspensão temporária da retenção da fonte dos 6,5% devidos, aquando da liquidação de facturas pelos clientes. Todas estas solicitações visam, sobretudo, criar uma ‘almofada’ que permita, em primeira análise, o pagamento dos salários, a continuidade da operação das empresas e a consequente manutenção dos empregos. Não há, do nosso lado, qualquer motivação oportunista. A preocupação é darmos continuidade aos nossos negócios, manter empregos, sobreviver e criar uma rampa para o relançamento das empresas.

É a favor do prolongamento do estado de emergência?

Todos partimos do princípio de que essa situação resulta da preocupação maior em preservar vidas. O ser humano é o maior bem que temos. Mas é evidente que não podemos sobreviver sem economia. E há um mínimo que está em funcionamento e que o estado de emergência permite. Há agricultura, há pesca, há transportes. São alguns dos sectores que se mantêm em funcionamento. Mas, com critério, deve prever-se a continuidade de alguns outros serviços.

Os de fornecimento de insumos, por exemplo. As empresas que vendem equipamentos para a agricultura ou para outros serviços devem funcionar. A sua paralisação pode impedir o funcionamento daqueles sectores. Há outros. Temos um problema sério: mais de 80% da economia é informal e as pessoas que vivem dela constroem a sua sobrevivência ao dia. Fica difícil mantê-las em casa. Mas, como disse inicialmente, há que preservar a vida humana. Este vírus vai andar por aí até que se descubra uma vacina e se massifique

Chegámos a ter no país grandes prémios de publicidade de Cannes, os ‘óscares’ da publicidade. Ao estarem cá, formaram equipas e formaram pessoas. Alguns deles até já são donos de empresas de publicidade.

Na Associação Angolana das Empresas de Publicidade e Marketing (APM), temos associadas 57 empresas. Perdemos algumas, fruto da situação, mas amplamente a maioria perdeu mercado e concomitantemente receitas.

a imunização das pessoas. Até lá, temos de ir gerindo a situação. Abrir quando a pandemia estiver mais controlada, fechar-se quando necessário.

A publicidade com a covid-19 é um bom investimento?

Vou responder de outra maneira. Como estaríamos todos se não houvesse comunicação neste período, relativamente a todas as formas de evitarmos o contágio pelo vírus? Reparou na imensidão de cartazes, filmes, etc. que foram feitos, que correm hoje pelos meios tradicionais de comunicação e pelas redes sociais? Essa boa comunicação não deixou de ser publicidade às melhores práticas sanitárias.



Mário Mujetes © VE

PERFIL

Nuno Fernandes é formado em Jornalismo e trabalhou, durante 12 anos, na Rádio Nacional de Angola, onde foi chefe de redacção e chefe de departamento internacional. Passou pela revista Novembro, durante um ano, como redactor sénior e pela Angop. Antes de fundar o Grupo Executive, em 1992, dirigiu a comunicação da TAAG e, na companhia nacional, criou a Austral, uma revista distribuída a bordo dos aviões. Fundou ainda a Espaços, uma empresa de media exterior. O Grupo Executive tem, no seu portfolio, as agências Executive Angola, Executive Moçambique, a Iona Comunicação e Marketing (em Portugal) e a Edicenter. Nuno Fernandes é também fundador da Associação Angolana de Empresas de Publicidade e Marketing, cuja direcção preside desde 2018.

Muitos associados da APM, sob condução da associação, em colaboração com o Ministério da Saúde, Direcção-Geral da

Saúde e o então Ministério da Comunicação Social, ofereceram a capacidade das suas empresas para realizar muito desse traba-

lho. Envolvermo-nos nessa batalha ao longo deste tempo, não contabilizando horas nem custos. E foram e estão a ser muitas horas dedicadas a este esforço. É o valor que damos à publicidade. Mas compreendemos que a publicidade comercial conheça, neste período, uma forte retracção. Publicitar um produto que não irá ter venda, porque as lojas estão fechadas, será o melhor investimento? No entanto, há outro investimento em publicidade que se justifica: o das marcas. Manter a sua recordação para que no regresso à normalidade elas se mantenham vivas no consumidor. Facilitará todo o processo futuro de vendas.

Num comunicado do ano passado, os associados da APM reclamaram de falta de transparência nos concursos públicos promovidos pelos órgãos e empresas do Estado. O quadro mudou?

Propalar a mudança é fácil. O difícil é concretizá-la. E todos nós viemos de um ambiente altamente inquinado. No nosso país, sobrevivia-se de esquemas e isso não se altera por decreto. Há uma cultura instalada. Foi por essa razão que tornámos pública a nossa frustração. E é dessa forma que vamos corrigindo. Também não podemos dizer que todos os concursos assentam em más práticas. Há instituições que agem correctamente.

Temos de ir sensibilizando. Estávamos para realizar, em Março, um ‘workshop’ sobre o tema, mas a covid-19 impossibilitou essa iniciativa para a qual vamos convidar os órgãos e instituições competentes do Estado e as empresas que operam neste mercado. Há também da parte de alguns associados práticas menos boas. Temos de ir fazendo o nosso papel. Dialogando, criando caminhos.

Ainda se regista o incumprimento da Lei Geral da Publicidade?

Sim, claramente, um pouco decorrente de tudo o que foi feito no passado. Temos uma lei, de certa forma, ‘proteccionista’, mas necessária. Temos de refazer o tecido empresarial

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

nacional, muito danificado em função de práticas que conduziram o negócio para fora do país. Fizeram-se fortunas com a produção no exterior do grosso do trabalho de comunicação publicitária. Enfraquecemos as empresas nacionais que aqui pagavam impostos e davam emprego, favorecendo empresas estrangeiras que se encheram de dinheiro nosso, com trabalhos nossos. E alguma parte desse dinheiro foi arrebanhada por responsáveis que alimentaram essa situação. Matámos muitas produtoras promissoras e agências de publicidade.

Por outro lado, custa-nos perceber que os media locais, com particular incidência para os estatais, ainda não percebem a vantagem da negociação directa com as agências. Sujeitam-se aos valores ditados pelos anunciantes, em grande parte muito abaixo dos preços de tabela. A prazo, isso será, à imagem do que aconteceu lá fora, estrangulado. Verá ocupados os seus tempos comerciais com publicidade ao desbarato.

Isso desvaloriza o espaço que oferecem, com incidência nos seus orçamentos anuais. Eles não serão ganhadores. A negociação directa com as agências, que é o procedimento determinado pela Lei, defende quem cria e quem divulga. No meio, o anunciante não sairá a perder, mas não pode ganhar tudo, como acontece agora. Cabe aos órgãos do Estado exercer essa fiscalização, fazer cumprir a lei.

Estamos cá para ajudar. Não sou contra ninguém, mas defendemos o equilíbrio e as melhores práticas. A Lei estabelece que as centrais de compra não têm lugar no nosso mercado. Será verdade? Quanta publicidade não entra directamente de fora, sem que seja sujeita aos devidos impostos? Quem faz essa negociação directa com os meios? É um percurso. Há muita coisa a fazer!

O Presidente da República aprovou recentemente um concurso público para a promoção da imagem de Angola no exterior. Qual é a vossa expectativa? Para nós, tem duas leituras. Estamos de acordo que se abra concurso seja para o que for. A particularidade do despacho do



Nuno Fernandes,
presidente da APM,
sobre as restrições
do estado
de emergência

“Não temos o volume actual consolidado. Há uma quebra relativamente a 2013 e 2014 na ordem dos 70%. Em 2013, o mercado publicitário andaria perto dos mil milhões de dólares”

Presidente da República, que concede autorização para se abrir o procedimento de contratação simplificada pelo critério material, dá-nos a entender que não será um concurso normal. Será

um concurso provavelmente dirigido a alguém pré-encolhido. Está nas competências do Presidente da República e nós não questionamos as competências do Presidente.

de uma empresa, seja de uma ‘task-force’, para complementar a força escolhida também em resultado deste concurso. Esta nossa posição tem respaldo legal. Ela assenta sobretudo na Lei Geral da Publicidade. Respeita a publicidade do Estado oficial, incluindo a dos organismos das administrações central, provincial e local, das empresas públicas e de outras entidades administradas e societárias do Estado. Deve ser realizada por agências de publicidades registadas no departamento ministerial da comunicação social nos termos da lei dos contratos públicos que diz que as agências devem ser de direito angolano e com sede em Angola. Não queremos esvaziar esta intenção que está exarada no despacho do Presidente, mas quisemos, como APM, colocar à disposição o esforço dos associados e das empresas angolanas que hoje acabam inseridas na associação.

Qual é o volume de negócios do mercado publicitário actualmente?

Não temos o volume actual consolidado. Há uma quebra relativamente a 2013 e 2014 na ordem dos 70%. Em 2013, o mercado publicitário andaria perto dos mil milhões de dólares, entre agências de publicidade, de comunicação institucional e relações públicas, ‘outdoors’, estudos de mercados e utilização de meios, mas também dos salários, impostos e empresas de activação de marcas, que faziam grandes espectáculos. Basta olhar o que se perdeu nos seis anos de recessão e, infelizmente, essa fase veio violentamente a ser agredida por esta pandemia, o que colocou as empresas numa debilidade extrema.

A associação está representada em todo o país?

Não, não está. Esse é um trabalho a fazer, priorizando as regiões onde o mercado o justifique. Estamos, para já, a consolidar Luanda, onde está a maior concentração de agências, produtoras, empresas de media exteriores (‘outdoors’), empresas de comunicação institucional e relações públicas, produtoras de audiovisual, empresas de estudos de mercado e monitorização de media. Um passo de cada vez.

Apenas resolvemos fazer uma comunicação ao Presidente a dar conta que a APM tem, no seu conjunto, uma série de empresas com capacidade que poderão ser aproveitadas seja de todo, seja em parte.

De todo, obrigaria claramente a construir uma ‘task-force’ entre os associados e escolher uma equipa, a dedo, que pudesse responder às necessidades que, de facto, estão expressas no despacho do Presidente.

Ou em parte, adicionar também a capacidade dos associados, seja

**JÁ TEMOS
UM FUNDO
DE GARANTIA
DE DEPÓSITOS**

NO BANCO BIC, A PROTECÇÃO DO SEU DINHEIRO É GARANTIDA.

O FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS GARANTE O REEMBOLSO DOS SEUS DEPÓSITOS BANCÁRIOS, ATÉ O LIMITE DE KZ 12.500.000,00 (DOZE MILHÕES E QUINHENTOS MIL KWANZAS).

BANCO SEGURO, CLIENTES PROTEGIDOS.

Saiba mais no Banco BIC ou em www.fgd.ao

F.G.D. - Av. 4 de Fevereiro, nº 151 Luanda, Angola - Caixa Postal 1243 - Tel: 222 678 255



**FUNDO
DE GARANTIA
DE DEPÓSITOS**



BANCO NACIONAL DE ANGOLA



BancoBIC
Crescemos juntos



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+244 923 190 870
serviço disponível 24h

www.bancobic.ao

Economia/política

À LUZ DO ACORDO OPEP+

Angola perde no mínimo 1.514 milhões USD com corte na produção

PETRÓLEO. Nos primeiros dois meses do acordo, Angola terá de reduzir cerca de 180 mil barris/dia o que em termos de receitas brutas diárias representa um déficit de cerca de 162 milhões de dólares por mês.

Por César Silveira

Cerca de 1,5 mil milhões de dólares é a receita bruta que Angola perde com o acordo de corte na produção petrolífera alcançado pela OPEP+, se o preço médio do barril se mantiver nos 30 dólares e o acordo não sofrer alteração até Abril de 2022.

A luz do acordo, nos meses de Maio e Junho, Angola terá de produzir 1.180 milhões de barris

dias, significando uma redução na ordem de 180 mil barris por dia, quando comparada com a produção média prevista para este ano, que é de 1.360 mil barris por dia.

Ao preço de 30 dólares por barril, o corte representaria um déficit nas receitas brutas de cerca de 162 milhões de dólares por mês ou 324 milhões nos dois meses (Maio e Junho). Caso a produção se mantivesse nos 1.360 mil barris/dia, a receita bruta diária seria de 40,8 milhões de dólares, correspondendo a 1.224 milhões por mês. Nestes termos, a receita bruta acumulada entre Maio e Junho seria de 2.448 milhões de

dólares. Com a produção de 1180 milhões de barris, esta receita será de 2.124 milhões

Num segundo momento do acordo, no período que vai entre Julho e Dezembro, a produção de Angola estará fixada em 1.249 mil barris por dia, representando uma redução de 111 mil barris/dia. Em termos de receitas brutas diárias, a diferença será de 3.330 mil dólares, o que fixaria em cerca de 599,4 milhões de dólares a perda em receitas brutas, com a venda do petróleo entre Julho e Dezembro de 2020.

Portanto, no global, ao longo dos primeiros oito meses do acordo, o déficit nas receitas brutas petrolíferas será de cerca de 923,4 milhões de dólares. Mas restam os outros dezasseis meses, visto que o acordo vai até Abril de 2022.

Entre Janeiro de 2021 e Abril de 2022, a quota de produção de Angola é de 1.319 mil barris, significando uma redução de 41 mil barris/dia, face à produção prevista para 2020 de 1.360 mil barris por dia.

Em termos de receita brutas diárias, o déficit seria de 1.230 milhões de dólares. Ao longo dos 16 meses, este déficit somaria cerca de 590,4 milhões de dólares que, somando-se ao déficit de 923,4 milhões dos primeiros oito meses, fixa as perdas em receitas brutas globais em cerca de 1.514 milhões de dólares.

E SE SE CUMPRIR OS PRESSUPOSTOS DO PDN

O déficit provocado pelo corte na produção, à luz do acordo, pode ser sobretudo nos últimos seis meses, considerando a aposta do Governo de alcançar em 2022 uma produção média diária de 1.490 mil barris. Assim, face à produção imposta pelo acordo, seria de 310 mil barris/dia. E considerando a média de produção de 2020, 1.360 mil barris, a diferença seria de mais 130 mil barris/dia.

Entre Janeiro e Abril de 2022 o déficit nas receitas brutas poderia aumentar para cerca de 3,9 milhões por dia, correspondente a 468 milhões de dólares durante os quatro meses. Ou seja, o acordo pode provocar perdas de cerca de 1,9 mil milhões de dólares se o preço do barril se mantiver a 30 dólares e o acordo permanecer nos moldes acertado até Abril de 2022.



Acordo prevê cortes em três fases com quotas distintas cada

Mário Mujetes © VE

Cronograma de produção versus quota durante a vigência do acordo: 1000 barris/dia

	Maio a Jun. 2020	Julho e Dez. 2020	Jan. 2021 a Abr. 2022
Prod.	1.360 x 30USD/dia	1.360x30 USD/dia	1.360x30 USD/dia 2022 1.490x 30 USD/dia
Quota	1.180 x 30 USD/dia	1.249x30 USD/dia	1.319x30 USD/dia

ANGOLA RECEBEU no dia 19 o terceiro lote de gado proveniente da República do Tchade no âmbito de um acordo de reconversão de dívida em que está previsto a importação de 75 mil cabeças de gado, das quais já foram enviadas 3501 cabeças.

DEFENDEM INSTALAÇÃO FORA DE LUANDA

Empresários contra Zona Franca na ZEE

INDUSTRIALIZAÇÃO. Ministério da Economia e Planeamento (MEP) diz ser “uma área que reúne infraestruturas e meios apropriados” e garante benefícios fiscais aos investidores.

Por Júlio Gomes

Vice-presidente da Cooperativa Agrícola Almeida Impulo de Quilengues reprova transformação da Zona Económica Especial (ZEE) em zona franca por “não agregar valor”, prevendo que “só poderá agravar ainda mais a mobilidade e o saneamento na capital”.

Almeida Pinho entende que a ideia de se avançar para ZEE não retira a grande pressão sobre Luanda, sendo por isso que na proposta entregue, em 2018, ao Governo, se defende a instalação da Zona Franca no município de Quilengues (Huíla), levando a que o empresário ou importador que queira fazer compras seja obrigado a percorrer cerca de 600 quilómetros dentro do território, numa perspectiva de igualmente insuflar o desenvolvimento do turismo.

“A ZEE está por cima de bairros e retiraria o brilho que se pretende dar a uma verdadeira zona franca”, argumenta o empresário, acrescentando que “a zona franca que queremos fazer é a exemplo das que já existem com qualidade a de Manaus (Brasil), Gibraltar e Dubai”. “Quem vai construir são os privados dentro das leis do Governo e os custos não são muito avultados como se pretende fazer crer”.

Pinho considera ainda que



Zona Económica Luanda Bengo é aposta do Governo para criação de uma zona franca

MEMORIZE

● **O Ministério da Economia e Planeamento** assegura que as empresas que vierem para a futura zona franca beneficiarão de incentivos fiscais num horizonte de 25 anos renováveis.

“quem defende avançar para a ZEE não conhece o conceito de uma zona franca”, além de que “os equipamentos de quase todas as unidades industriais ali instaladas não são de alta velocidade, e por isso mesmo ultrapassados, o que também seria um revés na estratégia de pro-

dução em grande escala e promoção da competitividade”.

Para Domingos David, também empresário, “Luanda já está muito atolada com projectos que deviam ser implantados no interior para insuflar o desenvolvimento equilibrado do país”. “Não faz sentido instalar mais fábricas na ZEE porque isso só vai complicar ainda mais a mobilidade urbana”, afirma.

Quem também entra na conversa e apoia a ideia de David é o empresário Eliseu Gaspar assinalando que “se a zona franca for instalada longe de Luanda ou de uma outra cidade vai promover o desenvolvimento local, por um

lado, e por outro, pode se constituir num factor de atracção de investimento estrangeiro, dadas as condições específicas destas zonas francas”.

Eliseu Gaspar que é também vice-presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA) acrescenta que “a sua instalação nos limites fronteiriços contribuiria para a correcção das assimetrias existentes entre o litoral e o interior”.

25 ANOS DE INCENTIVOS FISCAIS

A proposta avançada pelo Ministério da Economia e Planeamento (MEP) radica no facto

da ZEE “ser uma área que reúne infraestruturas e meios necessários a implantação desta iniciativa, na óptica de dinamizar o crescimento industrial do país”. O MEP assegura que as empresas que vierem para a futura zona franca beneficiarão de incentivos fiscais num horizonte de 25 anos renováveis.

Mas o empresário Almeida Pinho volta ‘atacar’, notando que “essa ideia de fixar a zona franca em Luanda não colhe e deve ser abandonada”. Lembra ainda que “fomos nós (Cooperativa Aurora Impulo de Quilengues) que propusemos ao Executivo um dossiê sobre as linhas mestras de uma verdadeira zona franca e fundamentamos a razão que nos leva a ‘arrastar’ o projecto longe da capital”.

Em Quilengues, onde já há um ‘embrião’ de fábrica de enchidos e iogurtes do grupo Jembas, a cooperativa adquiriu mais de 3.000 hectares só para zona industrial. No total estão disponíveis 14.000 hectares para zona franca. “Como a ideia do Governo salienta que ‘o desenvolvimento começa no município’, então está ali a nossa razão. É o momento certo para tirar a pressão sobre Luanda e os maiores centros urbanos, reduzindo despesas com o saneamento básico e não só”, observa ainda Almeida Pinho.

O diploma que estabelece as regras para criação das zonas francas já foi apreciado em Outubro do ano passado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros.

Mercados & Negócios

DEVIDO À COVID-19

Incertezas no processo de recapitalização do BPC

BANCA. Em Março, fonte da administração garantiu ao VALOR que o processo estaria concluído agora em Abril, mas, “infelizmente, a situação [da covid-19] provocou algum atraso”.

kwanzas, mas a administração garante não estar ainda definido o valor que receberá por ora.

ABERTURA DO CRÉDITO TAMBÉM ADIADA

A incerteza em relação ao período de recapitalização também cria incertezas sobre quando o banco volta a conceder crédito, processo previsto para logo depois da injeção dos fundos.

“Logo depois [da recapitalização], voltaremos a conceder créditos, porque agora, sem a recapitalização, não é possível. A taxa de incumprimento do BPC é de cerca de 90%”, explicou em Março a referida fonte.

A maior instituição bancária pública suspendeu a concessão de todo o tipo de créditos em 2016 por força do alto nível do crédito malparado. Em Agosto de 2018, reabriu a concessão do crédito BPC Salário, produto que consiste no adiantamento de 80% de um salário para os clientes que sejam trabalhadores por conta de outrem e que tenham o ordenado domiciliado na instituição.

Em relação ao possível regresso da concessão dos créditos, entretanto, não é a primeira vez que a instituição promete para um futuro breve. Fê-lo também em Abril de 2018. Na altura, liderado por Alcides Safeca, que então estimou que, naquele mesmo mês, o banco seria recapitalizado com 180 mil milhões de kwanzas.

No entanto, no BPC, existe uma linha do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) que está aberta deste Agosto de 2018, apesar de ter sido anunciada há cerca de quatro anos com o valor total de 325 milhões de dólares. Deste valor, a instituição bancária africana já disponibilizou 120 milhões, correspondente à primeira tranche, mas o banco público nunca concedeu qualquer crédito dessa linha de financiamento por suposta “falta de viabilidade” dos projectos, segundo justificação apresentada pelo banco em várias ocasiões.

Em entrevista publicada na edição n.º 202 do VALOR, o empresário Nuno Borges, presidente da Toyota Angola, considerou que “as exigências do BAD são extremamente difíceis de cumprir por uma classe empresarial que se encontra numa fase inicial do seu desenvolvimento”.

André Lopes
é PCA e CEO do
BPC desde Junho
de 2019



Por César Silveira

este Abril. A informação foi avançada ao VALOR por fonte do conselho de administração da instituição.

“Infelizmente, a situação provocou algum atraso. Neste momento, não conseguimos dar indicações exactas, mas tudo está a ser feito para implementar o programa de recapitalização”, explicou a fonte.

Na última semana de Março, a mesma fonte garantiu ao VALOR que o processo estava

“concluído” para que a recapitalização acontecesse em Abril. “Faltam alguns pormenores, mas, até final de Abril, o banco deve estar recapitalizado”, estimou na altura, garantindo agora que, em termos burocráticos e administrativos, o cenário se mantém, com a conclusão a estar dependente dos accionistas.

As necessidades de recapitalização do BPC apontam para um desembolso dos accionistas de cerca de 168,7 mil milhões de

MEMORIZE

● O BPC suspendeu a concessão de todo o tipo de créditos em 2016 por força do alto nível do crédito malparado e em Agosto de 2018, reabriu o crédito BPC Salário.

A

pandemia da covid-19 criou incertezas no período de recapitalização do Banco de Poupança e Crédito que, até à última quinzena de Março, estava previsto para

A WINTERFELL, empresa de Isabel dos Santos que controla a Efacec, acusou esta quarta-feira a justiça angolana de provocar “danos injustificáveis” às empresas portuguesas e estar a usar indevidamente a justiça em Portugal para “fins não legais e desproporcionais”.

NO ESTADO DE EMERGÊNCIA

Madeireiros querem livre circulação

A Associação Nacional dos Industriais e Madeireiros de Angola (Anima) quer que, durante o estado de emergência, seja permitida a circulação da madeira serrada, “desde que devidamente documentada”. Numa carta a que o VALOR teve acesso, endereçada à Comissão Interministerial Coordenadora do Estado de Emergência, a associação solicita “que seja transmitida à Polícia Nacional a circulação de madeira serrada”, matéria-prima necessária para o suporte logístico, como o fabrico de caixas para frutas e hortícolas, assim como o fabrico de caixões, cofragens e carpintaria diversa.

Segundo o presidente da associação, José Veríssimo, o documento foi enviado no dia 6 deste mês, ainda durante a vigência da primeira etapa do estado de emergência, mas ainda não obteve resposta da comissão interministerial. “Nada até hoje. Estamos a sofrer muitas pressões dos nossos associados por todo o lado e não sabemos com quem falar”, resume.

Lembrando que o sector madeireiro está “parado” desde que foi decretado o estado de emergência, Veríssimo alerta que o impedimento da circulação da madeira serrada constitui um “equivoco”. “Não se pode marginalizar a indústria madeireira porque faz parte da cadeia logística para assegurar as embalagens de muitos produtos sejam eles do industrial como do sector primário da agricultura”, justifica.

Isabel Dinis

Carlos Bastos,
representante da
E.Y em Angola

Mário Mujetes © VE



FALÊNCIAS ENTRE AS PERSPECTIVAS

EY enumera as dificuldades do pós-pandemia

ANÁLISE. Problemas de tesouraria, incumprimento contratual e falta de matéria-prima são alguns dos desafios perspectivados pela consultora que recomenda “aposta urgente” na digitalização.

Por Guilherme Francisco

As empresas em Angola continuarão a debater-se com dificuldades de “vária ordem”, depois da situação epidemiológica da covid-19, antevê o representante da consultora EY em Angola, Carlos Basto.

“Nem todos os sectores de actividade vão poder reabrir ao mesmo tempo, o que pode dificultar o arran-

que de alguns. Se os colaboradores continuarem a ter dificuldades para se deslocarem para o local de trabalho, ou se houver matérias-primas essenciais que ainda não recomeçaram a ser produzidas ou cujos stocks em território nacional sejam insuficientes, podem ser necessários alguns meses antes de se poder aspirar a alguma normalidade”, afirma ao VALOR, antecipando que o regresso à actividade pode também ser prejudicado por um aumento do nível de conflitos entre empresas e colaboradores.

“As dificuldades de tesouraria podem ainda subsistir durante

irá ter um impacto brutal na economia que, de uma potencial recuperação, passará a ter uma provável recessão”, observa.

Carlos Basto considera o actual momento de crise como “uma oportunidade” para as empresas angolanas transformarem os negócios, colocando “desafios importantes” no investimento em tecnologias, já que, depois da pandemia, a dinâmica no mundo do negócio “não será a mesma”. “As empresas podem ver esta crise como uma oportunidade de transformar o seu negócio, dando um impulso decisivo na digitalização.

Os empresários devem pensar no que tudo isto representa para a estratégia das suas empresas”, desafia, acrescentando ser “importante rever a resiliência das cadeias de abastecimento ou dos modelos de negócio e pensar estrategicamente no que pode ser feito para se recuperar desta situação de forma tão rápida quanto possível, criando resiliência para futuras crises desta natureza”.

De forma a auxiliar as empresas na tomada de decisões, a consultora disponibilizou a linha EY Pandemia. E as principais preocupações apresentadas pelos empresários, até ao momento, prendem-se com a baixa do preço de petróleo e dos diamantes, a capacidade de manter as empresas a funcionar, o pagamento de salários, o acesso às matérias-primas e fornecedores internacionais, além da liquidez para fazer face ao momento.

MEMORIZE

- As empresas podem ver esta crise como uma oportunidade de transformar o seu negócio, dando um impulso decisivo na digitalização.

algum tempo, resultando no incumprimento de contratos. Em casos mais graves, isto pode mesmo determinar a inviabilidade de alguns negócios, que serão forçados a fechar. A somar a tudo isto, a crise do preço do petróleo que

(In)formalizando

VENDEDORES AMBULANTES ENTRE OS FORNECEDORES

Start up revende produtos do mercado informal



Nesta altura, a plataforma conta com nove zungueiras e várias vendedoras de mercados informais

Mário Mujites © VE

Ceja atribui subsídio de 10 mil a motoqueiros associados

O Conselho Empresarial Juvenil de Angola (Ceja) está a dar um subsídio de 10 mil kwanzas aos mototaxistas que controla, apesar de terem suspenso a actividade, como medida de prevenção contra as dificuldades impostas pelo novo coronavírus.

Adilson Neto, presidente do Ceja, sublinha que o subsídio resulta de um fundo social criado com as contribuições dos próprios motoqueiros. Em Novembro do ano passado, o Conselho adquiriu 32 motorizadas e atribuiu, com base num concurso, a igual número de jovens então desempregados. Por dia, os operadores entregam seis mil kwanzas à entidade para uma remuneração mensal de 35 mil kwanzas.

As motorizadas, a operar de momento por exclusivo na zona do Kilamba, têm capacidade para transportar seis pessoas de tamanho médio, além do condutor. São motos com cobertura na parte superior, frequentemente usadas na Índia, China e nalguns países da Europa.

A actividade de mototáxi está entre aquelas que foram totalmente proibidas entre as medidas vigentes no estado de emergência e, como tal, grande parte dos moto-taxistas encontra-se desempregada. As medidas criadas pelo Governo para diminuir o impacto da pandemia às empresas e famílias não tiveram em conta esta e outras actividades similares.

SERVIÇOS. Empresa já adquiriu diversos produtos alimentares acima dos 500 mil kwanzas às vendedoras dos mercados informais. Lucros situam-se entre sete e 10%, mas o empreendedor estima alargar o escopo de fornecedores.

Por Guilherme Francisco

Com as restrições impostas aos mercados informais e à venda ambulante, devido à pandemia do novo coronavírus, a startup angolana 'Sócia', vendedora de diversos produtos via internet, estendeu a sua linha de fornecedores aos 'zungueiros'

(vendedoras ambulantes) e a outros comerciantes do mercado informal.

Augusto Firmino, CEO da empresa, explica que as fornecedoras são maioritariamente vendedoras do mercado do KM 30, em Viana, encerrado por falta de condições sanitárias. E o trabalho da Sócia, acrescenta, visa essencialmente diminuir o "sofrimento desta franja", além de atender as pessoas que não podem sair de casa. "Esta é uma forma de ligar os compradores aos vendedores informais e diminuir a possibilidade de contá-

gio pelo novo coronavírus. Fazemos a aquisição dos produtos e pagamos a pronto", detalha, calculando que, desde a entrada em vigor do estado de emergência, a aquisição de produtos, como batata rena, cebola, tomate, batata-doce, abacate e coxa de frango, foi de mais de 500 mil kwanzas.

Nesta altura, a plataforma conta com nove zungueiras e várias vendedoras de mercados informais, número que Augusto Firmino tenciona rapidamente fazer subir, em resultado das "crescentes solicitações" que recebe de vários pontos de Luanda por parte de famílias que, nesta fase, não podem sair de casa para as compras. Nas quartas e sábados, a Sócia chega a fazer, em média, 40 entregas asseguradas por seis estafetas.

"Temos uma boa procura e pre-

cisamos, em média, de duas a três fornecedoras por produto", explica.

O jovem empreendedor deixa, no entanto, claro que a actividade não gera "grandes" margens de lucros que variam entre 7 e 10%.

Além de fornecedores do mercado do KM 30, a Sócia conta com pequenos produtores agrícolas de Balombo, Benguela, mas o desafio dos próximos tempos passa por aumentar o número de fornecedores deste segmento, através de parcerias com famílias e cooperativas camponesas.

"Estamos a alargar o nosso escopo de fornecedoras para ver se conseguimos ajudar mais vendedoras e produtores, visto que o nosso serviço acaba sendo de mais fácil acesso do que os mercados", observa o responsável da startup fundada em 2019.

O ZAP VIVA ESTÁ DE VOLTA!

CONHEÇA A NOVA PROGRAMAÇÃO



ACTUALIDADE

SEGUNDA A SEXTA

06:00 12:00

MANTENHA-SE INFORMADO
COM OS SEGUINTE PROGRAMAS:
É NOTÍCIA • É ACTUAL
BOLA NA REDE • KIOSQUE DE IMPRENSA
NOVO NÚMEROS COVID-19

VIVA EM CASA

SEGUNDA A SEXTA

17:00

VIVA EM CASA E DIVIRTA-SE
COM A PATRÍCIA PACHECO
E O DANIEL NASCIMENTO.



NOVO PROGRAMA

ESTREIA EM DIRECTO



NOVO PROGRAMA

ESTREIA EM DIRECTO

OS TUNEZA NO CUBICO

DOMINGO

21:00

ACOMPANHE A MATRIARCA DA FAMÍLIA,
A PCA, NO COMANDO DO CUBICO.

O MOMENTO DA BLINDADA

SEGUNDA A SEXTA

11:00

STELA DE CARVALHO ESTÁ DE VOLTA!



20 ABRIL

ESTREIA EM DIRECTO



VAI FICAR TUDO BEM

zap vivo

+ INFO EM: www.zap.co.ao

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

SIGA-NOS EM:   

DEJURE

LEI SOBRE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AUTARQUIAS LOCAIS

Votação final global agendada para 22 deste mês

LEGISLAÇÃO. Parlamentares vão igualmente analisar e votar projecto de lei de autorização legislativa, que permite ao Presidente da República legislar sobre dedução dos prémios de investimento em sede de Imposto sobre o Rendimento do Petróleo.

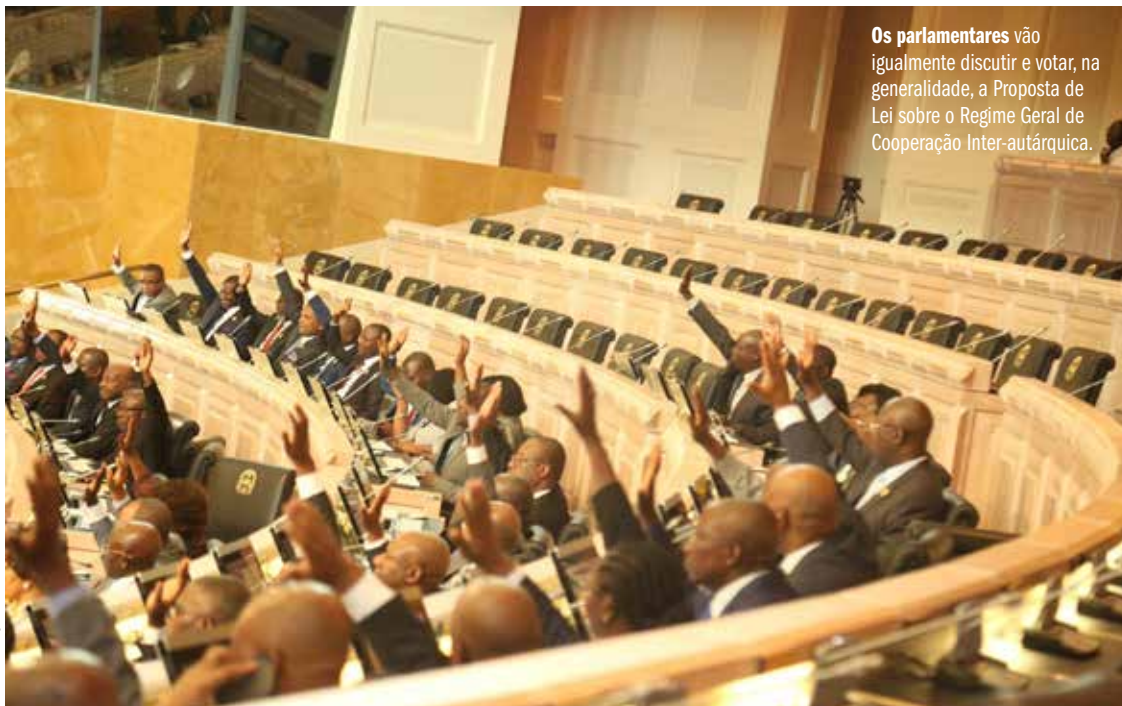
Por Redação

2 de Abril (próxima quarta-feira) é a data para a qual ficou agendada, pelos deputados da Assembleia Nacional, a votação final global da Proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais.

Além do diploma sobre as autarquias locais, que saiu da conferência dos presidentes dos grupos parlamentares e aprovou a agenda da 6.ª reunião plenária ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da IV Legislatura, os deputados vão discutir e votar o Projecto de Lei de autorização legislativa, que anui o Presidente da República a legislar sobre a dedução dos prémios de investimento em sede de Imposto sobre o Rendimento do Petróleo dos blocos 30, 44, 45, 1/14 e do Centro da zona terrestre de Cabinda.

A agenda prevê também a discussão e votação, na generalidade, da Proposta de Lei que altera o Código Geral Tributário, a Proposta de Lei que Altera o Código de Imposto sobre o Rendimento de Trabalho e a Proposta de Lei que Altera o Código de Imposto Industrial.

Os parlamentares vão igualmente discutir e votar, na generalidade, a Proposta de Lei sobre o Regime Geral de Cooperação Inter-



Os parlamentares vão igualmente discutir e votar, na generalidade, a Proposta de Lei sobre o Regime Geral de Cooperação Inter-autárquica.

MEMORIZE

● **A agenda prevê também a discussão e votação, na generalidade, da Proposta de Lei que altera o Código Geral Tributário, a Proposta de Lei que Altera o Código de Imposto sobre o Rendimento de Trabalho e a Proposta de Lei que Altera o Código de Imposto Industrial.**

-autárquica, a Proposta de Lei do Regime Especial de Justificação de Óbitos Ocorridos em Consequência dos Conflitos Políticos e a Discussão e Votação da Resolução que Aprova, para Ratificação, o Acordo que Cria a Zona de Comércio Livre Continental Africano.

PARTIDOS DIVERGEM

Os pontos em agenda, segundo o líder do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, são os mesmos que foram adiados em Março, em decorrência das orientações surgidas devido à covid-19, que proíbe aglomerados de mais de 50 pessoas, acrescentando que os deputados vão interagir, em três dias, das 9 às 13 horas, sobre os 16 pontos em agenda, respeitando as regras impostas para a prevenção da pandemia.

O vice-presidente do Grupo Parlamentar da Unita, Maurilio Luyele, manifesta-se a favor da agenda da plenária, tendo mesmo referido que a reunião da passada semana representa a retoma da reunião plenária de Março que

foi suspensa devido à covid-19.

Já o líder do grupo parlamentar da Casa-CE, Alexandre André, se posiciona contrário à discussão do pacote financeiro, uma vez que, para si, o país está a viver um período de estado emergência e o sector empresarial está paralisado.

De acordo com o parlamentar, quando se elencou este ponto [sobre o pacote financeiro], o país não estava neste período de excepção, mas com a decreto sobre o estado de emergência a produção também ficou confinada. Uma posição reforçada por Lucas Ngonda, da FNLA, que apelou ao Executivo para a tomada de medidas que visam apoiar o tecido empresarial durante este período.

PREVENÇÃO CRIMINAL

Lei cria agente encoberto

A nova Lei das Acções Encobertas para Fins de Prevenção e Investigação Criminal estabelece a criação de um agente encoberto, efectivo da polícia criminal, para realizar “diligências investigativas ou operações policiais”, mediante “ocultação da identidade e missão”.

De acordo com a Lei n.º 10/20, de 16 de Abril, está igualmente prevista a “inserção e adaptação do agente encoberto e terceiros” em determinado meio, grupo ou organização objecto de investigação.

O diploma esclarece que constituem acções encobertas as diligências investigativas ou outros tipos de operações policiais “desenvolvidas, dirigidas ou coordenadas por órgãos de polícia criminal, exclusivamente, ou em colaboração com órgãos de segurança do Estado”. O objectivo das acções encobertas é “prevenir ou reprimir crimes, mediante ocultação da identidade do agente bem como da sua missão”. Recolher informação criminal, descobrir os modos de execução de crimes, dissuadir e impedir a consumação de acções criminosas e descobrir material probatório constituem também algumas das finalidades.

A nova disposição legal visa adaptar o ordenamento jurídico aos instrumentos internacionais e “dar a devida resposta a fenómenos criminais complexos e organizados que ameçam a paz, a tranquilidade e a segurança interna e internacional”. O agente encoberto deve actuar sob “identidade fictícia”, que tem carácter provisório e deve ser emitida e outorgada pelo Serviço Nacional de Identificação mediante decisão conjunta dos titulares dos órgãos de Segurança e pela Justiça e Direitos Humanos.

Adaptar o seu negócio às entregas

INOVAÇÃO. Se 2019 já havia registado um aumento de 28% de consumidores a requererem serviços de entrega, com o advento do Covid este ano, esse aumento saltou para cerca de 60% só no primeiro semestre. Com os consumidores cada vez mais voltados para ficar em casa, as entregas podem ser a salvação de muitas empresas principalmente no ramo da restauração e distribuição. Siga estes passos e estude a possibilidade de o serviço de entregas ajudar a potenciar o seu negócio.

AVALIE OS NÚMEROS

Antes de investir tempo e dinheiro a adaptar o seu negócio avalie o custo/benefício e parta de um princípio de que a operação de entrega pode ter um custo de entre 25 e 30% das suas vendas. Considere a terceirização já que esta é uma operação fora do core da sua empresa. Não avance sem ter certeza de que é a melhor opção para o seu negócio.

PENSE NA 'ENTREGABILIDADE' DO SEU PRODUTO

Nem todos os produtos podem ser adaptados para sobreviver a um processo de entregas. No mundo da restauração por exemplo há comidas que são confeccionadas para consumo no momento e que assim que esfriam perdem qualidade. Pense nas variáveis de resistência ao transporte e se as alterações que poderão ocorrer no produto valem o esforço ou se

podem perigar a qualidade do seu serviço e a sua marca.

CONSIDERE O USO DE MATERIAIS QUE ISOLAM

A aposta em utensílios e plásticos de transporte que isolam e garantam segurança (e que ninguém lhes mexeu pelo caminho), podem fazer toda a diferença em termos de confiança do cliente no seu produto de entrega. Há sacos selados que se previamente abertos o cliente terá conhecimento, alternativa use fita-cola com a sua marca, que se vê, caso tenha sido descolada pelo transportador. O transporte de bebidas pode ser particularmente difícil pelo que termos ou copos com tampa rígida podem ser a melhor solução.

IDENTIFIQUE UM ESPAÇO PARA A NOVA OPERAÇÃO

Pode parecer fácil mas a opera-



ção de entregas vai introduzir novas dinâmicas na operação normal do seu negócio. Pense no espaço onde quer que os transportadores recebam a mercadoria para entregar sem impactar a sua operação corrente, sem circular entre clientes e/ou funcionários internos, mas mantendo a necessária ligação. Pense em equipamento necessário, desde bancadas, cacifos, telefones ou walkie-talkies, estações de carregamento e etc.

VERIFIQUE O ACONDICIONAMENTO DO SEU PRODUTO

Enquanto por exemplo comida quente vai beneficiar de uma mochila térmica, se o seu produto de entrega for um fresco, ou até uma peça de roupa, o calor excessivo vai ser prejudicial ao acondicionamento. Existem no mercado mochilas ou caixas que pode adaptar às necessidades dos seus produtos por exemplo parcializando uma zona de frios outra de quentes na mesma mochila. Pesquise.

ADAPTE AS ENTREGAS AO QUE SERVE MELHOR O SEU NEGÓCIO

Se o seu negócio depende de horários rígidos adapte o serviço de entregas ao que serve melhor a sua agenda por exemplo limitando o horário para recepção de encomendas. Se por dia o seu negócio engoma 50 lençóis por exemplo, limite o número de encomendas da sua engomadoria à capacidade de entrega na data marcada, ou se o seu restaurante faz 60 saladas dia, limite o número de pedidos ao tempo em que normalmente recebe 60 pedidos.

Opiniões

E se não gastasse aquele dinheiro...



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

bem pouco tempo, esbanjaram em viagens e outras despesas supérfluas, ignorando os alertas para uma melhor gestão das despesas públicas.

O preço do petróleo permitia colher algum adicional, face às projecções do Orçamento, provocando a ilusão aos decisores de que a CRISE não passava de um simples SUBSTANTIVO que seria usado para se justificar ao povo o que não se estava a fazer, mas também para levar o povo a 'apertar ainda mais o cinto'.

Hoje, por culpa da queda do preço do petróleo, dão sinais de que, definitivamente, caíram na real, admitindo que estão em crise. Admitem ter atingido o estágio do "E SE NÃO GASTASSE (MOS) AQUELE DINHEIRO..." com viagens, muitas viagens desnecessárias ou com compras desnecessárias, como a aquisição da PT Ventures pela Sonangol para reforçar a posição na Unitel e mais e mais!

Mas só chega ao estágio de arrependimento e reconhecimento da necessidade de mudança quem tenha, não apenas capacidades para mudar, mas sobretudo bom senso para o fazer.

Oxalá seja este o caso do nosso Governo. Oxalá esteja o Governo a reconhecer que esbanjou e que precisa fazer diferente na primeira oportunidade que tiver de voltar a receber mais dinheiro do que o projectado no OGE.

E se não gastasse aquele dinheiro...

Quantos de nós já não nos temos arrependido por esbanjar o muito que acreditávamos ter, quando, já com os bolsos vazios, nos deparamos com um acontecimento inesperado, levando as mãos à cabeça?

Em muitos casos, o arrependimento acontece pouco tempo depois da 'brincadeira' de se ser rico. Uma doença, uma necessidade doméstica até então desconhecida ou outra qualquer incomparavelmente mais importante do que o momento vivido com o esbanjamento.

"E se não gastasse aquele dinheiro...", muitos interrogam-se. Outros, os que têm algum senso de responsabilidade (apesar de tudo), sentem-se envergonhadas e tentam encontrar uma solução. Entre estes e outros sentimentos que tomam conta de qualquer ser comum, nesses momentos, gostaria de saber qual deles vai na mente dos nossos governantes que, há



'A geração nem... nem...'



Edivaldo João,
Consultant EY,
People Advisory
Services

de uma realidade bastante preocupante e merecem a devida atenção. A questão da 'geração nem... nem...' é uma responsabilidade e, ao mesmo tempo, um problema a vários níveis: a nível macro (sociedade), a nível intermédio (Estado) e a nível micro (indivíduo).

Quanto à responsabilidade da sociedade perante tal fenómeno, cabe-lhe edificar-se sobre valores que promovam a integração profissional e académica – mas estes valores não se constroem sem políticas e padrões culturais que os suportem. Relativamente ao Estado, cabe-lhe desenvolver políticas que visem o aumento da empregabilidade e da escolaridade, conjuntamente com os seus parceiros sociais. Por fim, o indivíduo que deve ser responsável por desenvolver as suas competências profissionais, através da educação e da formação, de forma a potenciar a sua empregabilidade, que deve procurar de forma activa.

Numa perspectiva de integração na sociedade, os jovens enquadráveis na 'geração nem... nem...' correm, por um lado, o risco de serem marginalizados por outros grupos sociais, que os vêem como um peso para a sociedade, para a qual todos devíamos contribuir. Por outro, podem esses mesmos jovens sentir-se à margem da sociedade, por não trabalharem e não estudarem. Esta marginalização é um factor que acaba por retroalimentar o estado de 'nem... nem...'.

Um dos principais problemas do Estado perante este fenómeno prende-se com a situação con-

tributiva destes jovens. Uma vez que não trabalham, também não fazem a devida contribuição para as receitas do Estado, acabando por ser um peso nas políticas sociais definidas, hoje e no futuro.

A nível individual, a 'geração nem... nem...' é um problema porque se tende a perpetuar, dado que os outros jovens estão a desenvolver as suas competências, em contexto escolar ou profissional, tornando-se mais atractivos para o mercado de trabalho, o que tornará cada vez mais difícil a inserção futura dos indivíduos 'nem... nem...'.

CAUSAS

Se, em alguns casos, fazer parte da 'geração nem... nem...' é uma escolha dos jovens enquadráveis neste conceito, para outros acaba por ser uma consequência de uma determinada situação. Vários especialistas apontam a crise económico-financeira como um dos principais factores que contribui para o aumento da 'geração nem... nem...'. A crise, que se generalizou por todas as partes do mundo, fez com que o mercado laboral se tornasse mais complexo, havendo cada vez menos oportunidades de emprego para muita procura. Muitos dos jovens recém-graduados acabam por ser afectados por esta dura realidade do mercado laboral. Por outro lado, aqueles que não possuem, no mínimo, habilitações básicas ou secundárias, ficam numa situação mais delicada – e esta é uma situação que nem sempre depende da escolha individual...

A 'geração nem...nem...' são os jovens que não estão inseridos no mercado de trabalho nem no sistema de ensino. Sabemos que cada uma destas situações poderá levar à outra. Devido à falta de emprego, por parte dos jovens ou dos seus familiares, muitos podem ser obrigados a abandonar os seus estudos. A falta de habilitações académicas, por outro lado, leva à maior dificuldade para encontrar um emprego.

É preciso reflectir sobre esta temática, que é uma realidade presente no contexto angolano, a nível da sociedade, das comunidades, a nível familiar e individual. A consciência da importância da contribuição de todos para uma sociedade mais desenvolvida e mais próspera é fundamental. Mas é também preciso agir, a nível das políticas sociais, de ensino, de formação e de emprego.

“Ao longo da história, crises como a actual serviram de pretexto conveniente para que os regimes autoritários normalizassem os seus impulsos tirânicos.”

Autoritarismo viral



Patrick Gaspard
Open Society

um governo, já de si autoritário, permitiu que esta se propagasse globalmente. Mas dificilmente se pode considerar que a China esteja isolada. Na Índia, o governo do primeiro-ministro Narendra Modi instaurou um confinamento de 21 dias com apenas quatro horas de antecedência, impedindo que milhões das pessoas mais pobres do mundo tivessem tempo para armazenar alimentos e água. Pior ainda: as autoridades indianas responsáveis pela aplicação da lei têm estado a usar o confinamento para reforçar a discriminação direccionada contra os muçulmanos do país.

Entretanto, no Quênia e na Nigéria, as forças policiais e militares carregam sobre todas as pessoas que não pareçam cumprir os protocolos de distanciamento social de forma suficientemente rápida. Em Israel, as autoridades juntaram-se a cerca de duas dúzias de outros governos ao esticarem as protecções da privacidade a um ponto de ruptura, utilizando as informações dos telemóveis para monitorizar os movimentos dos cidadãos. E na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orbán, que tem estado há anos a consolidar o seu poder, fez promulgar uma lei que na verdade codifica o seu estatuto de ditador absoluto.

A resposta dada pelas democracias mundiais a estas violações quase nem chegou a um suspiro. Mas antes que os norte-americanos pensem que estão imunes a estes assaltos ao poder, deveriam ter em mente que, no final de Março, o Departamento de Justiça dos EUA pediu ao Congresso o poder de deter cidadãos norte-americanos (e não apenas imigrantes ilegais) por tempo indefinido e sem julgamento.

Os governos que adoptam estas medidas justificam-nas como necessárias para combater a pandemia. Mas a história mostra-nos que os líderes antiliberais raramente, ou nunca, permitem que os seus poderes emergenciais prescrevam. Na verdade, todos os governos têm o dever de responder energicamente à calamidade de saúde pública que

Muitos dos que hoje detêm o poder nunca se encarregarão de proteger os nossos direitos. Temos de ser nós a fazê-lo. A democracia é mais que um sistema de governação: é uma lente através da qual vemos o mundo e o lugar que nele ocupamos. Se estilhaçarmos esta lente durante uma emergência, poderemos nunca mais ver-nos da mesma forma.



Mário Mujites © VE

se desenrola. Mas muitas das políticas adoptadas por líderes autoritários nas últimas semanas não são apenas antidemocráticas; também são contraproducentes na luta contra a pandemia.

Por exemplo, longe de impedir a propagação da doença, a supressão da liberdade de imprensa torna muito mais difícil a sensibilização para a resposta correcta do público.

Do mesmo modo, a detenção de civis sem julgamento compromete a confiança no governo, precisamente quando ela é mais necessária. E o cancelamento de eleições remove qualquer incentivo que os líderes políticos tenham para colocar os interesses do público em primeiro lugar.

Ao travarmos a luta contra a covid-19, também temos de fazer tudo o que pudermos para proteger a saúde das nossas democracias. Mais precisamente, temos de reconhecer que, de muitas formas, a defesa da saúde pública e a defesa da democracia são duas frentes da mesma batalha.

Felizmente, as organizações da sociedade civil e os indivíduos não estão impotentes diante das represões pandémicas. Depois de mais de três décadas na linha da frente pela defesa da democracia, aprendemos algumas lições importantes nas Open Society Foundations.

Para começar, temos de usar todas as ferramentas disponíveis para proteger as liberdades civis. Embora a pandemia exija o distanciamento social, não justifica a brutalidade policial nem o abuso do poder governamental. No momento em que os líderes políticos comecem a restringir a liberdade de expressão e o direito de contestação, ou em que rejeitem a fiscalização do seu poder, o risco de um deslize no sentido do autoritarismo torna-se real. Os governos que comecem a testar estes limites têm de ser imediatamente responsabilizados.

A segunda lição é que temos de resistir à culpabilização. Na resposta à pandemia, demasiados governos procuraram colar à covid-19 o rótulo de vírus ‘chinês’, criando um cenário para a vigilância e estigmatização das pessoas de origem chinesa.

Como haitino-americano, testemunhei esta perseguição em primeira mão durante a crise do VIH/sida, na década de 1980, quando os centros de controlo e prevenção de doenças dos EUA anunciaram que a sida era transmitida por “homossexuais, heroinómanos, hemofílicos

e haitianos”. Como consequência desta mensagem acientífica e enviada, os EUA começaram a deter os requerentes de asilo haitianos num medonho campo de detenção em Guantánamo Bay, o que na verdade acabou por comprometer os esforços para impedir a propagação do VIH.

Finalmente, temos de dar resposta às disparidades económicas e sociais estruturais que as pandemias tendem a acentuar. Para ver como o coronavírus expôs as profundas desigualdades da EUA, só precisamos de olhar para Rikers Island, o principal estabelecimento prisional da cidade de Nova Iorque, que apresenta hoje a mais elevada taxa de infectados no planeta. De um modo mais abrangente, a crise está mais uma vez a demonstrar que demasiadas famílias norte-americanas não têm acesso a cuidados de saúde, a baixas por doença, a protecção no trabalho, a poupanças pessoais e a outras necessidades básicas.

Mesmo que impeçamos novos ataques à democracia e aos direitos civis, temos de aproveitar este momento para reconhecer todas as formas em que as nossas sociedades esvaziam os direitos dos cidadãos, dos refugiados, dos migrantes e dos requerentes de asilo antes de a pandemia ter atacado. As preocupações sobre o estado da democracia não são hoje a principal preocupação da maioria. Mas se a salvaguarda da democracia não integrar a vossa ‘lista de tarefas’ pessoal, poder-se-á inferir que não integrará a lista de mais ninguém.

Infelizmente, muitos dos que hoje detêm o poder nunca se encarregarão de proteger os nossos direitos. Temos de ser nós a fazê-lo. A democracia é mais que um sistema de governação: é uma lente através da qual vemos o mundo e o lugar que nele ocupamos. Se estilhaçarmos esta lente durante uma emergência, poderemos nunca mais ver-nos da mesma forma.

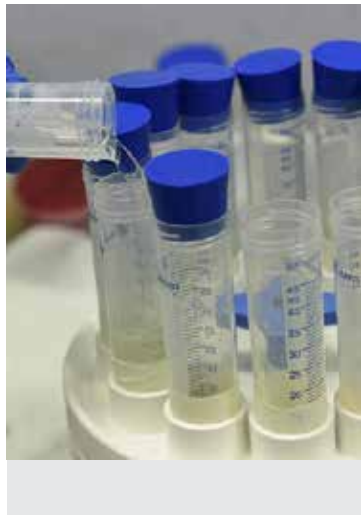
Presidente da Open Society Foundations, antigo embaixador dos EUA na África do Sul.

Deus e o povo são a origem de todo o poder (...) eu tomei-o, e com mil raios, mantê-lo-ei para sempre”, declarou François ‘Papa Doc’ Duvalier, do Haiti, em 1963. E foi o que fez, permanecendo como presidente até à sua morte em 1971, tendo depois sido sucedido pelo filho, Jean-Claude (‘Baby Doc’), que prolongou a ditadura durante mais 15 anos. Isto pode parecer algo historicamente longínquo. Mas não para mim. A minha família é haitiana, e apesar de termos emigrado para os EUA quando eu era criança, sempre nos pareceu que continuávamos ao alcance do impiedoso regime dos Duvaliers. Nunca perdi de vista as lições brutais que os haitianos aprenderam sob o domínio dos Duvaliers, nomeadamente como estes usavam regularmente as catástrofes naturais e as crises nacionais para reforçar a manutenção no poder.

Hoje, temos de ter em conta esta lição. A covid-19 não é apenas uma ameaça à saúde pública, mas também aos direitos humanos. Ao longo da história, crises como a actual serviram de pretexto conveniente para que os regimes autoritários normalizassem os seus impulsos tirânicos. Os meus pais testemunharam esta realidade em primeira mão no Haiti. Agora, testemunhamo-la todos novamente.

A nova ameaça começou na China, onde um esforço inicial de ocultar a epidemia por parte de

Covid-19



PROVENIENTES DE PORTUGAL

5 mil testes rápidos

Angola recebeu cinco mil testes rápidos de diagnóstico da covid-19, provenientes de Portugal, que deverão começar a ser usados depois de validados pelo Instituto Nacional de Investigação em Saúde (INIS). Depois de considerados aptos, segundo o secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, os testes serão usados em grupos-alvo, ou seja, em pessoas que tiveram contacto com passageiros de voos provenientes de países de risco. O objectivo é alargar a testagem a profissionais de saúde e a agentes da polícia.

VOO HUMANITÁRIO

170 regressam de Cuba



Angola vai efectuar um voo de repatriamento de quase 300 angolanos que se encontram numa “situação difícil” em Cuba. Segundo a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, que fez o anúncio, o Governo “está preocupado” com os angolanos que se encontram em toda a parte do mundo e “tem dado atenção” aos que estão no exterior, por isso “será feito um voo humanitário” para Cuba.

O voo da transportadora aérea angolana será realizado no domingo, dia 19 de Abril. “Estão lá há muito tempo e como já há circulação comunitária do vírus fica difícil dar assistência à distância”, justificou. A ministra afirmou que o Governo tomou a decisão de ir buscar os angolanos que se encontram em tratamento médico e ficaram sem assistência e condições financeiras para continuar.

MARCADA PARA JULHO

Filda sem alteração da data

A 36ª Feira Internacional de Luanda, Filda 2020, será realizada conforme programado e “não há indicação que se registre qualquer adiamento ou alteração do período” da promoção do evento, garantiu o presidente do conselho de administração do grupo Eventos Arena, a empresa que organiza o evento.

Em declarações ao ‘Jornal de Angola’, Bruno Albernaz confirmou terem decorrido, antes do estado de emergência, reuniões para avaliar o assunto da Filda, na relação com os níveis de expansão da pandemia da covid-19 em Angola, tendo sido mantida a data como concertada inicialmente. “Os eventos programados para o segundo semestre deste ano serão todos realizados, mas estamos a acautelar os aspectos da evolução da doença que acontece no mundo, pois serão cumpridas as orientações sobre os métodos de biossegurança e o distanciamento social, conforme recomendam as autoridades sanitárias”.

O processo de inscrições para os expositores decorre sem grandes sobressaltos, apesar de ter havido algum receio no mês de Março, por causa da evolução da doença à escala global.

A maior exposição de negócios do país está marcada para entre 14 e 18 de Julho nas instalações da Zona Económica Especial Luanda - Bengo (ZEELB).



COMBATE À COVID-19

EUA realizam 120 mil testes diários

Os Estados Unidos da América estão a realizar 150 mil testes à covid-19 diariamente, revelou o vice-presidente norte-americano, Mike Pence, em declarações à estação televisiva NBC.

Mike Pence considerou que o número podia ser maior se os governadores usassem os meios disponíveis em cada Estado. O governante garantiu existirem “testes suficientes” para que os estados comecem a retomar a actividade económica.

Mike Pence lembrou que Donald Trump quer reabrir a economia assim que for possível fazê-lo “em segurança e com responsabilidade”.

A taxa de desemprego nos Estados Unidos subiu de 3,5% em Fevereiro para 4,4% em Março, devido ao impacto económico da pandemia da covid-19.

COVID-19

Director da OMS agradece apoio do G20

O director-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, agradeceu o apoio dos ministros da saúde do G20 bem como o empenho coordenado na luta contra a covid-19.

O responsável agradeceu também a vários países membros do G20, incluindo França, Grã-Bretanha, Itália, Suíça, Canadá e México. Os agradecimentos de Tedros Adhanom Ghebreyesus surgem depois de os Estados Unidos da América terem decidido retirar o seu financiamento à OMS, por considerarem que esta tem feito uma má gestão da crise provocada pela pandemia.

Na reunião, o director-geral da OMS apelou também aos profissionais de saúde para que combatam a covid-19 “guiados pela ciência e pela evidência”, para continuarem a apoiar a resposta global à pandemia e para trabalharem em conjunto no sentido de “aumentar a produção e a distribuição equitativa dos fornecimentos essenciais e eliminar as barreiras comerciais”.



A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) garante que não escondeu nada aos Estados Unidos. O Governo norte-americano acusa a instituição de má gestão no combate à pandemia de covid-19.



Transportes com perdas de mil milhões de dólares

O Ministério dos Transportes estimou que o sector regista perdas de receitas que ascendem aos mil milhões de dólares, devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus, e que precisa de reforçar a tesouraria.

A situação, segundo notícia da agência Lusa, foi relatada pelo secretário de Estado dos Transportes, Carlos Borges, no final de um encontro que a tutela manteve com as empresas, associações e a banca.

Segundo Carlos Borges, os cálculos das perdas tiveram como base “variáveis e pressupostos que são difíceis de fixar devido a incertezas”. “O cálculo e estimativa de receitas e perdas depende de quanto tempo isto irá durar, ninguém sabe, depende qual será a taxa de recuperação”, precisou.

Num exercício que considerou “conservador”, o secretário de Estado adiantou que as estimativas apontam para uma recuperação, nos próximos seis ou nove meses, de “receitas que podem ascender aos 40% ou 50% do total de receitas até Dezembro”.

DESDE O INÍCIO DO ANO

Teorias que culpam Bill Gates pela covid-19 aumentam

O fundador da Microsoft, Bill Gates, uma das pessoas mais ricas do planeta, é um grande alvo de teorias da conspiração sobre o surgimento da pandemia do novo coronavírus, causador da covid-19.

A empresa de análise de média ZignalLabs verificou que as publicações nas redes sociais afirmavam falsamente que o fundador da Microsoft projectou a curva crescente de contaminação do vírus desde o início deste ano, segundo informou o jornal ‘The New York Times’.

Segundo a revista Exame, no total, a ZignalLabs calcula que as teorias da conspiração envolvendo Bill Gates e o vírus foram mencionadas mais de um milhão de vezes nas redes sociais e nas transmissões de TV.

Foram mais de 16 mil publicações no Facebook sobre Gates e o vírus, contabilizando cerca de 900 mil gostos e comentários. A empresa informou que os 10 vídeos mais populares do YouTube em Março e Abril com informações erradas sobre Bill Gates atraíram cinco milhões de visualizações.



ALEGA QUE DEUS ESTÁ COM BRASILEIROS

Bolsonaro apela que não se fuja do vírus

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, voltou a sair à rua e apelou novamente aos brasileiros para não “fugirem” da covid-19, criticando novamente as medidas de contenção da pandemia.

Num discurso com vários apoiantes, o presidente do Brasil referiu que os brasileiros têm que “enfrentar” o vírus de “cabeça erguida”, salientando que “Deus está com os brasileiros”. Na intervenção, que foi transmitida em directo no Facebook, Bolsonaro voltou a criticar governadores e presidentes de câmara que defendem a contenção e o distanciamento social, assim como o Congresso e a imprensa. No final da semana passada, Bolsonaro demitiu o ministro da Saúde, Luiz

Henrique Mandetta, que defendia o distanciamento e a contenção social como medidas de prevenção contra a propagação da pandemia no país, que tem cerca de 210 milhões de pessoas e é marcado por fortes desigualdades. “O que mais ouvimos são pessoas que querem voltar ao normal. Desde o início que tenho vindo a dizer que temos dois problemas, o vírus e o desemprego. Não estou a defender a economia, estou a defender o emprego”, alegou.

Salientando que não pode obrigar as autoridades locais a suspender o isolamento social, Bolsonaro afirmou que, no que lhe diz respeito, “vamos começar a relaxar e a mostrar que esta não é a forma correta”.

Marcas & Estilos



O gosto da liberdade

Faça com que cada bebida tenha gosto de liberdade. Os copos BenShot são de alta qualidade e feitos artesanalmente na oficina de vidro em Wisconsin em fornos de vidro sob altas temperaturas.



Artes saudáveis

Muita gente tira a máscara porque é desconfortável, principalmente nas orelhas e no nariz. A Navy tornou esta peça o mais confortável possível. As bandas elásticas da cabeça são ajustáveis e o apoio do nariz acolchoado com espuma de memória. Com um tecido não resistente, filtra bactérias e é permeável ao ar.



Uma tradição

De pele de bezerro, escovado à mão, com fivelas de metal dourado, estes sapatos da Cognac foram feitos de forma artesanal em Vigevano, Itália, seguindo a tradicional técnica com forro e sola de couro.



AUTOMÓVEL

Um estilo inovador

A Ford Ranger tem a reputação de ser uma 'pick-up' para qualquer lugar e actividade. O modelo reforça a fama com actualizações no design, capacidade e tecnologia. Funcionalidade e desempenho extraordinários, assim como economia de combustível, um leque de tecnologias notáveis e estilo inovador, num veículo já com um elevado nível de especificações.



TURISMO

Maravilha da velha montanha

Machu Picchu é simplesmente a atracção número um do Peru. A peculiar beleza natural e arquitectónica, somada ao manto de mistério, transformou a cidade sagrada dos incas num dos destinos turísticos mais populares do mundo. Aos pés das montanhas da imponente cidade está o Sumaq Machu Picchu Hotel, o único cinco estrelas de águas quentes da região. A gastronomia é reconhecida pela variedade de pratos típicos e pelos ingredientes.

LIVROS



Em 'O Cobrador', os contos expressam as virtudes que consagraram Rubem Fonseca como um mestre da narrativa curta. O seu estilo, ao dar voz a personagens narradoras, cria situações que podem conter desde uma insuportável amargura até um lirismo comovente.



A escrita de 'Papéis da Prisão' tem como termos cronológicos e fronteiras espaciais a entrada do escritor no Pavilhão Prisional da PIDE de São Paulo de Luanda (1961) e a sua saída do Tarrafal (1972).

AGENDA

MUNDO

Fique em casa e desfrute de visitas a museus e de concertos virtuais

MUSEU DE ARTE DE S. PAULO

O MASP oferece uma viagem virtual sobre a sua colecção de arte moderna que parece flutuar no ar.

BRITISH MUSEUM

Viaje até ao coração de Londres sem sair de casa com um dos museus mais icónicos do mundo e descubra múmias egípcias e a Pedra Rosetta original

CONCERTOS NA OPERA METROPOLITANA DE NOVA IORQUE

Assista a um show de cultura impar no conforto da sua casa e brinde-se com o melhor da ópera mundial todos os dias

ALERTAM INVESTIGADORES PORTUGUESES

Covid-19 não resolve clima

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Pesquisadores mostram-se pouco otimistas quanto à “preocupação que os governos e a população vão ter sobre o problema das alterações climáticas” face à necessidade de resposta a problemas mais básicos criados pelo impacto económico do novo coronavírus.

Por Redação

MEMORIZE

● **Especialistas alertam** que seria necessário que todos os anos, incluindo o actual e desde 2015, as emissões se reduzissem 6% por ano, e chamam a atenção para a enormidade do desafio que a humanidade tem para resolver este problema.

A pandemia da covid-19 pode provocar uma redução das emissões de gases com efeito de estufa de 4% em 2020, mas este valor é insuficiente para cumprir as metas previstas no acordo de Paris, adverte especialista.

“Na sequência da diminuição da actividade económica no mundo, há uma diminuição das emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera, mas essa diminuição não resolve o problema das alterações climáticas”, afirmou o investigador e professor catedrático Filipe Duarte Santos, da Universidade de Lisboa, durante uma conferência online sobre ‘Alterações Climáticas e Covid-19’.

Filipe Duarte Santos, que é também o coordenador do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

(PIAAC) do Algarve, relativizou o impacto positivo que a pandemia está a ter no ambiente por via da redução dessas emissões contaminantes e adiantou que é esperada “uma diminuição, neste ano de 2020, de 1.600 milhões de toneladas de CO₂”, mas sublinhou que esta redução “corresponde a uma diminuição percentual global de 4%, relativamente a 2019”.

O investigador considerou que “esta crise brutal” causada pela pandemia de covid-19 vai provocar uma redução de 4% das emissões, mas frisou que, “para cumprir o acordo de Paris, seria necessário esse número anual subir (mais) 2% para atingir as metas estabelecidas” no

acordo sobre redução de emissões alcançado na capital francesa em 2015.

“Era necessário que todos os anos, incluindo o actual e desde 2015, as emissões se reduzissem 6% por ano, por isso estão a ver a enormidade do desafio que a humanidade tem para resolver este problema”, alertou, antecipando que, após a pandemia, haja também “um aumento do consumo de combustíveis fósseis” que prejudicará essas metas e o ambiente.

Se à primeira vista se poderia pensar que a pandemia está a contribuir para ajudar o ambiente, a realidade mostra que muitos dos impactos que as alterações climáticas têm serão nefastos para as gerações vindouras, como explicaram investigadores do PIAAC.

O aumento dos eventos extremos de precipitação e do nível médio do mar, o aumento de temperatura e dos períodos de ondas de calor, a diminuição dos níveis de precipitação e dos recursos hídricos são problemas que, segundo os especialistas e os cenários propostos no PIAAC, podem agravar-se até ao final do presente século caso a realidade actual não se altere.

Os pesquisadores mostram-se pouco otimistas quanto à “preocupação que os governos e a população vão ter no próximo ano ou dois sobre o problema das alterações climáticas” face à necessidade de resposta a problemas mais básicos criados pelo impacto económico da pandemia de covid-19.

“Vamos viver um período muito difícil do ponto de vista social e económico, que ninguém sabe neste momento medir, há um mês era um, daqui a um mês será outro, e vai fazer com que os governantes e a comunicação social estejam mais preocupados com temas como a saúde, a segunda vaga ou a vacina e se afastem, pelo menos no próximo ano, deste tema das alterações climáticas.”

Por isso, pedem aos políticos e decisores “mais responsabilidade” para “não deixar cair o tema” e manter o trabalho necessário no terreno para ajudar a mitigar os efeitos das alterações climáticas causadas pelo aquecimento global e aumento dos gases causadores do efeito de estufa.



A diminuição dos níveis de precipitação e dos recursos hídricos são problemas que podem agravar-se até ao final do século.

NÚMEROS DA SEMANA

6,9

Milhões de kwanzas, facturação da Empresa Pública de Produção de Electricidade (Prodel) em Janeiro, tendo fornecido 1,4 mil milhões de quilowatts por hora.

75

Mil milhões de dólares, montante que o banco norte-americano Goldman Sachs estima ser necessário para a recuperação da África Subsariana, devido à pandemia da covid-19.

62,7%

Aumento da população de Luanda com acesso à internet, em 2019, segundo a Marktest Angola.

150

Mil kwanzas valor de venda aos empresários da cabeça de gado proveniente do Tchade



DEFINIDOS PRAZOS PARA O PROCESSO DE CRÉDITO

Bancos devem comunicar decisão entre 5 e 40 dias

O Banco Nacional de Angola (BNA) definiu prazos para o processo de solicitação de concessão de créditos que devem ser seguidos tanto pelas instituições financeiras bancárias como pelos clientes.

A definição dos prazos consta do “procedimentos para a recepção de pedidos de crédito”, criado pelo banco central com o objectivo de “estabelecer níveis de serviços mínimos prestados aos consumidores de serviços mediante a definição de um prazo máximo de resposta, formalização e disponibilização do crédito a esses clientes”.

No que diz respeito aos prazos, o regulador do sector bancário determina 15 dias para os bancos solicitarem informação adicional aos clientes que solicitem crédito para projectos de investimento agrícola e industrial. Para estes clientes, os bancos devem comunicar a decisão final no prazo de 40 dias. Os mesmos prazos estão definidos para “outros projectos de investimento superior a 600 milhões de kwanzas”.

Para os créditos a particulares não hipotecários, o BNA define cinco dias para a solicitação da informação adicional e 15 para a comunicação da decisão final, enquanto para o crédito habitação estão definidos cinco dias para a solicitação da informação adicional e 30 para a comunicação da decisão final.

O banco central define ainda cinco dias para a solicitação da informação adicional e 20 para a comunicação da decisão final para todos os outros créditos.

“No caso de a resposta ser positiva, a instituição financeira bancária deve enviar os termos e condições em que está disposta a conceder o crédito ao cliente e solicitar que este comunique a sua aceitação, ou questões que queira levantar, por escrito, no prazo de 10 dias úteis, indicando as coordenadas da pessoa a quem deve enviar tal comunicação”, lê-se no instrutivo do BNA. No caso da resposta do cliente ser positiva, estão definidos prazos para a assinatura dos contratos que variam de cinco a 40 dias, consoante a complexidade do processo. Depois da assinatura do contrato, o banco deve criar as condições para que o cliente possa utilizar o crédito num prazo de sete dias.

DOS MAIORES TRADERS DE PETRÓLEO

Gigante à beira da falência

A HinLeongTrading, uma das maiores trades de petróleo do mundo, entrou, a 17 de Abril, com pedido de protecção contra falência no Tribunal Superior de Singapura, revelando que perdeu cerca de 800 milhões de dólares com as negociações de futuros de petróleo.

A empresa solicita seis meses de protecção contra falência de credores em dívidas de 3,85 milhões de dólares com 23 bancos, segundo um relatório da Reuters.

O documento citou o colapso dos preços do petróleo e a pandemia do novo coronavírus, que atingiram a procura do petróleo e aumentaram os custos para a trading. Os interesses do grupo também incluem a terceira maior empresa de bunkering de Singapura - OceanBunkering.

A declaração assinada pelo fun-

dador da empresa, LimOonKuin, citada pela Reuters, dá conta que, no relatório e contas em que revelaram lucros de 78,2 milhões de dólares, esconderam a verdadeira situação da empresa, visto que naquela altura já estava com prejuízos acumulados em vários anos.

Como exemplo, cita que a empresa sofreu prejuízos de cerca de 800 milhões de dólares nos futuros do petróleo ao longo dos anos, mas estes não foram refletidos nas demonstrações financeiras. “Nesse sentido, eu havia dado instruções ao departamento financeiro para preparar as contas sem mostrar as perdas e disse a eles que eu seria responsável se algo desse errado”, garante LimKuin no documento. Com a entrada do pedido, a empresa tem automaticamente protecção legal dos credores por 30 dias, enquanto os tribunais decidem se concederão um período de seis meses de protecção contra falência ou não.



INDUVE

Nova fábrica de farinha de milho custa 20 milhões de dólares

Enquadrada no Programa de Apoio ao Crédito (PAC) a construção da nova fábrica de farinha de milho da Indústria Angolana de Óleos Vegetais (Induve) está avaliada em 20 milhões de dólares. Segundo o administrador financeiro da indústria, Kidy Aragão, do valor global, metade, 10 milhões de dólares, é investimento da empresa enquanto outra parcela é proveniente do crédito.

O empreendimento estará concluído até o próximo ano, terá capacidade de produzir 700 toneladas de farinha de trigo por dia.

A produção será assegurada a longo prazo por matéria-prima importada fruto do nível muito baixo de produção de milho no país, que chega apenas a cobrir 10% da necessidade da actual fábrica.

Além deste investimento, a empresa fun-

dada em 1957 e dedica-se desde 2003 produção de farinha de milho, tenciona investir nos próximos anos na produção de sabão em barra, massa e óleo alimentar.

No ano passado, a Induve pôs à disposição do mercado nacional entre 50 e 60 mil toneladas de farinha de milho, 20% dos quais ração animal (farelo), muito utilizado pelos avicultores e criadores de suínos.